

A feira não pode fechar

José Edmar Cordeiro

A polêmica sobre a permanência ou não da Feira do Paraguai, que coloca em lados opostos os comerciantes da cidade e os próprios feirantes, reacendeu a discussão sobre o manicômio fiscal que existe neste país. Este já é um motivo mais do que suficiente para defender a regularização de uma feira de sacoleiros em nossa cidade.

Percebo que os comerciantes, atordoados com a quantidade de impostos e o desespero

com a concorrência desleal provocada pela feira, não entenderam a necessidade de união, neste momento, para solucionar um problema que não é só de Brasília, mas do País inteiro. Ora,

a Feira do Paraguai não pode ser fechada porque é o símbolo da luta pela simplificação tributária, da resistência contra o caótico sistema tributário nacional.

Tanto o grito dos comerciantes regularizados, que pagam seus impostos, quanto a insistência dos feirantes, são derivados da armadilha criada pelos tributaristas. O mercado informal, como um todo, só pode ser considerado um produto final da malha fiscal.

Parece até que o sistema tributário é tão bem estruturado que o próprio veneno é utilizado como soro pela vítima. O comerciante, como se estivesse demonstrando os sintomas da picada fiscal, delira e aceita o mesmo veneno como solução. É como se criticassem os sacoleiros por estes quererem matar a cobra. "Não podem matar a cobra pois ela nos dá o soro para o veneno".

Entendo o delírio febril. Há anos vejo e participo ativamente da luta dos empresários brasileiros pela simplificação fiscal. A carga tributária cai sobre uma quantidade pequena de pessoas (não necessariamente os

mais ricos), que acabam arcando com todo peso. O assalariado gasta de 30 a 50% do seu salário com impostos diretos e indiretos. É um absurdo. Os empresários concorrem com o sonegador e acabam perdendo esta briga na maioria das vezes. Algo precisa ser feito.

O governo federal deu importante passo neste sentido com a corajosa medida provisória do Imposto Simples, que atingiu, inicialmente,

apenas micro e pequenos empresários. Acredito que o Simples vai ser a prova de que a redução da carga tributária representará aumento da arrecadação, assim como o Imposto Provisório sobre Movimentação Finan-

O *s sacoleiros querem pagar impostos, mas impostos justos, os mesmos que o empresário regularizado quer pagar*

ceira (IPMF) foi uma experiência que mostrou o potencial do recolhimento eletrônico sobre o consumo. Entendo que, num futuro breve, teremos a redução da carga tributária que tanto sonhamos para todos os brasileiros.

Mas, enquanto isso não acontece, é hora de nos unir em torno de ideais semelhantes. O objetivo, neste caso dos sacoleiros, é o mesmo dos comerciantes: a reforma tributária. Ninguém quer ser considerado sonegador, criminoso. Nem o feirante da Feira do Paraguai nem o comerciante que é obrigado a omitir informações fiscais para poder sobreviver e garantir o emprego de outras pessoas.

Vejo que é a hora para essa união, já que o movimento de resistência dos sacoleiros de Brasília conseguiu sensibilizar boa parte da sociedade. Eles também querem pagar impostos, mas impostos justos, os mesmos que o empresário regularizado quer pagar.

A quem interessa o conflito?

■ José Edmar Cordeiro é deputado distrital pelo PSDB e vice-presidente da Câmara Legislativa